

“Quero conceder, porém que aí existe uma falha,
como de resto sempre há uma falha onde se possui
um único exemplar de alguma coisa.”

Kafka ("A construção")

Escrituras em Perspectiva

Sonia Matos
Marília Cazali
Inês Bueno Krahe
(Orgs.)

ISBN 978-85-88715-49-3



Professora Marília Cazali

Mestre em Educação pela PUCRS e Especialista em Educação: Supervisão Escolar, Pedagoga. Atuou na assessoria pedagógica da 4ª. DE e da prefeitura de Caxias do Sul e Porto Alegre; participou do grupo de pesquisa do GEEMPA, no projeto Vanguardas Pedagógicas. Atualmente, é professora da UCS-RS no Centro de Filosofia e Educação e professora da Educação de Jovens e Adultos e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Porto Alegre. Publicou artigos referentes ao processo de alfabetização e formação de professores.

Professora Sônia Matos

Mestre em Educação, estudou na Universidade Complutense de Madrid. É Especialista em Educação: Supervisão Escolar, Pedagoga. Atualmente, é Professora da Universidade de Caxias do Sul-RS- Centro de Filosofia e Educação e Professora Municipal, Grupo de Pesquisa Linha da Filosofia da Diferença. Atuou no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da PUCRS como Professora Alfabetizadora da Educação de Jovens e Adultos, Professora do Maternal e Educação Infantil. Publicações: Mostras de Iniciação Científica, Seminários, Anais, Artigos, Pesquisas.

Escrituras em Perspectiva

Sonia Matos
Marília Cazali
Inês Bueno Krahe
(orgs.)

arm@zém
DIGITAL

© dos Autores

Sonia Matos, Marília Cazali, Inês Bueno Krahe (orgs.)

Capa: Diego Antunes

Editoração: Carmen Fonseca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E74	Escrituras em perspectiva / Sonia Matos, Marília Cazali, Inês Bueno Krahe (orgs.). – 1. ed. – Porto Alegre : Armazém Digital, 2008. 123 p. ; 14 x 21 cm.
	ISBN 978-85-88715-49-3
	1. Educação – Leitura. 2. Educação – Escrita. 3. Alfabetização. 4. Escrita – Ensino. I. Matos, Sonia. II. Cazali, Marília. III. Krahe, Inês Bueno.
	CDU 372.41/.46

Bibliotecária Responsável: Deisi Hauenstein CRB-10/1479

Armazém Digital Comunicação Ltda
Av. Des. André da Rocha, 75/38
90.050-161 – Porto Alegre – RS
Fone: (51) 3225 3581
e-mail: editora@armazemdigital.com.br

Acesse www.armazemdigital.com.br para comprar os livros e conhecer os novos lançamentos da editora.

1ª edição/2008

Impresso no Brasil

prefácio

"Escrituras em perspectiva" é um livro que acolhe múltiplos textos escritos e narrados em vários contextos, em diferentes espaços e tempos. Aborda uma multiplicidade de pontos de vista, perspectivados pelo olhar dos autores com foco em um tema tão presente em nosso cotidiano desde os primórdios da história: a comunicação através dos seus signos e das suas linguagens.

Em processos singulares de formação, os autores convidam a observar e refletir sobre os discursos e práticas dos programas de sobre o lugar dos sujeitos no mundo dos letrados e dos alfabetizados. Cenas do cotidiano emergem numa arquitetura de palavras que nos mostram também o lugar da leitura no contexto das escrituras. No gênero do aforismo, a espontaneidade da autora provoca o leitor a "descaçar a meia ao pé da letra".

Narrativas descritivas expressam os caminhos percorridos nos percursos das artes de ensinar a escrever, em paragens nas narrativas reflexivas e nas narrativas de si, para, num segundo momento, terceiro ou quarto talvez, tornarem-se narrativas para o outro.

Entre as ensinagens e as aprendizagens, o destaque é para os processos de mediação, não sem antes, e ao mesmo tempo, passarem ou partirem pela compreensão do como se aprende e do como se ensina ou se ensinou até hoje e, talvez, até amanhã, ou ainda, até ontem.

A criança nos ensina que as escrituras das palavras podem ser precedidas pelas leituras das mais variadas cenas e também das palavras. E com os adultos pode ser possível descortinar saberes cristalizados que encharcam e preenchem todos os espaços, cedendo lugar para a chegada no novo e do inusitado, abrindo possibilidades para outras práticas discursivas que significam o ser e o estar no mundo, produzindo escrituras que gestam idéias e que desenham esperanças.

O texto desafia o leitor à quebra da linearidade e à busca da coerência e estabelecimento de pontes; embora, elas estejam ali presentes, desafiando também o olhar para as forças encobridoras que articulam as inteligibilidades.

O texto nomeia, desenha, denuncia, musica, articula, processa, ruma, transforma e faz falar, simplesmente, PALAVRAS!

Nilda Stecanela

Muitas vezes, em nossa trajetória como professoras, sentimos a necessidade de registrar, compartilhar nossas produções escritas e construir um espaço de interlocução com colegas, alunos e demais pessoas que têm interesse nas temáticas sobre alfabetização. Porém a questão do tempo ou talvez... de coragem, por algum momento, nos imobilizou, no sentido de deixar adiante o projeto de organizar este espaço junto à comunidade acadêmica, onde pudéssemos deixar registradas as idéias sobre linguagem através da palavra escrita.

Na coletânea de textos, contamos com produções de trabalhos, pesquisas e estudos dos nossos alunos/as e professores/as. Os textos selecionados foram escritos num primeiro momento não tendo em vista essa publicação; portanto, a configuração e estilos dos materiais produzidos no caderno são heterogêneos e antecederam a proposta. Ao nos depararmos com a diversidade e qualidade dos estudos e textos já produzidos, encorajamo-nos em organizar o material, pois, apesar das diferenças que constituem esta coletânea, os temas linguagem, alfabetismos e escritura nos agregam.

Por que o livro escrituras em perspectivas nos agrega? Porque pensamos ao mesmo tempo na escrita ampliada das práticas de aquisição da língua escrita, para além de outras linguagens, extrapola a idéia de alfabetização, transbordando as forças do ler e do escrever para a função social e estética. Usando diferentes elementos das vivências da linguagem, fazemos linhas de todas as ordens, linhas de escrituras, linhas de cidadanias, linhas de sensações, linhas ideológicas, linhas inosadas. Tendo consciência de que ao perspectivarmos estes movimentos de escrita estamos deixando muitos outros à deriva.

SUMÁRIO	■
DISCURSOS E PRÁTICAS SOCIAIS DA LÍNGUA GRÁFICA E O MITO ALFABETIZATÓRIO Cassiano Miglia Vacca	■
O SITE DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO. DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES DO analfabeto Cleusa Cestonaro	■
SOB CONTROLE Raquel Ghelere	■
CALÇOU A MEIA NO PÉ DA LETRA Bruna Girardi	■
OFICINA DE ESCRITA: A ARTE DE ENSINAR A ESCREVER Carliza Vettorato Timm	■
LEITURA E ESCRITA: das metodologias de ensinagem aos processos de aprendizagem Marilya Cazali Oliveira	■
O INÍCIO DA LEITURA E A ELABORAÇÃO SIMBÓLICA NA CRIANÇA Milton Larentis	■
O PLANEJAMENTO NA ALFABETIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS Sônia Regina da Luz Matos	■
LINGUAGEM Carliza Vettorato Timm e Sônia Regina da Luz Matos	■
PENSAMENTOS PENÚLTIMOS Sônia Regina da Luz Matos	■

DISCURSOS E PRÁTICAS SOCIAIS DA LÍNGUA GRÁFICA E O MITO ALFABETIZATÓRIO

Cassiano Miglia Vacca (UCS/NUPRA)¹

[...] os supostos lugares do alfabetismo e da escolarização não são nem sacrossantos nem muito bem compreendidos. [...] o interesse histórico e social, não sistemas de lógica determinam o que conta como conhecimento. (GRAFF, 1990, p. 32)

Todos os povos, infelizes na ignorância e na penumbra assombrosa do carimbo de analfabeto que, tal qual bois marcados a ferro quente, demarcam em suas carteiras de identidade sua condição de ser e estar no mundo, precisam ver à luz das letras. O cidadão do lema *Igualdade, Liberdade e Fraternidade*, como pensou o ideal iluminista² de limitar aos homens seus verdadeiros desígnios, precisa ser alfabetizado para efetivamente se tornar homem, para possuir intelecto refinado e pensar complexamente, para conseguir emprego, para não ser um número que afunda e distancia o país de seu devaneio positivista de ordem e progresso. País desenvolvido é aquele que, sua população, tem acesso à escola e a porcentagem de analfabetos é ínfima. E toda máquina governamental busca desenfreadamente a isto, abraçando a nobre causa em nome de um superficialismo de concepções que, desligados de seus discursos e práticas sociais constituintes, tornam a alfabetização um lugar sacrossanto e indiscutível – um mito para se alcançar a evolução social e humana.

¹Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade de Caxias do Sul, Núcleo Universitário de Nova Prata, RS. 2005.

²Iluminismo: movimento da segunda metade do século XVIII que, sob o lema *Igualdade, Liberdade e Fraternidade*, vê, no uso da razão e da ciência sistemática, a busca por uma verdade absoluta de todas as coisas. Considerado impulsor do capitalismo e da sociedade moderna, positivista e cartesiana.

Os artefatos culturais produzidos pela campanha publicitária do programa *Brasil Alfabetizado*³ do governo federal sustentam e exemplificam esta prática positivista de tratar o alfabetismo pela máquina governamental brasileira, assombrada pelo medo e aversão ao mundo iletrado – um mundo que precisa ser combatido pelo bem do povo, tal qual se combate a uma epidemia patológica. Tal programa vem satisfazer aos desejos do entusiasmo cego em relação ao desenvolvimento e uso das formas escritas da linguagem nas práticas sociais ocidentais, remetendo-nos ao deslumbre de relações de poder que situam e imprimem identidades individuais e lugares no âmbito social: há os indivíduos ou comunidades letradas⁴, considerados portadores de intelecto e de cultura aguçada e refinada; e os não letrados que, dentro de uma ordem cartesiana iluminista, são sumariamente inferiores por despossuírem tal intelecto. Lê-se letrado, para a modernidade, quem necessariamente frequentou os bancos da disciplinarização escolar: único local capaz de resgatar o cego analfabeto da escuridão ignorante.

Sobre a questão do “possuir intelecto” como sinônimo de ser letrado, Graff (1990) aponta tal equivalência a um dos mitos que compõem a importância inquestionável do alfabetismo na modernidade e lista inúmeros exemplos de povos e contextos culturais não letrados que apresentam organizações sociais e humanas tão complexas e eficientes quanto as que encontramos na cultura su-

postamente refinada europocêntrica. Aliás, o que tais culturas iletradas talvez nos apontem é o quão questionáveis são as afirmações de que um fator fundamental para o progresso de uma sociedade é o aumento de escolas e de pessoas alfabetizadas.

Segundo este autor, tais exemplos de culturas não firmadas sobre o letramento gráfico apresentam-se como um contraponto à concepção ufanista iluminista de alfabetização como obra necessária. O mais interessante desses exemplos é o fator escolarização e alfabetização de um povo não influenciar o suposto progresso positivista econômico, cultural ou político de um contexto social. E aqui é importante apontar como exemplo o caso da Suécia que, com a reforma protestante e a adesão do país ao protestantismo, o grau de alfabetização entre a sua população apresentava-se em altas taxas numéricas; entretanto, o país não sofreu nenhum avanço considerável em outras áreas, o que era de se esperar, segundo uma lógica capitalista de progresso graças ao letramento.

Outro exemplo memorável que a própria história nos aponta diz respeito à revolução industrial no século XVIII, onde a produção em massa e industrial avançava e experimentava novas práticas sociais de trabalho e de sociedade. Países industrializavam-se e, pasmem, grande parte da população fabril era analfabeta. Parece-nos que o grau de alfabetismo de uma determinada sociedade, como no caso da inglesa, não abafou as caldeiras das máquinas a vapor que, indiferentes, mantinham-se a todo funcionamento.

Contudo, para a visão idealista moderna, somente o homem alfabetizado pode ser o dono de um pensar complexo e abstrato e ser fator decisivo de evolução e progresso. E somente alfabetizados, portanto, podem construir sociedades evoluídas, culturas refinadas, ter sangue azul e deixar de ser plebe. Tal figuração determinadora da existência de culturas superiores ignora a questão da diferença e do multiculturalismo, em favor de um dogma único, ideal, uma religião cultural a seguir. Classificam-se culturas e subculturas num interminável binarismo dialético do melhor e do pior, do certo e do errado, do superior e do inferior, do mais e do menos.

³Programa vinculado ao Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada (SECAD/MEC), vinculado às ONGs (Organizações Não-governamentais), tendo como intenção, nas palavras do próprio programa, abolir o analfabetismo no país, sobretudo entre jovens e adultos.

⁴Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.” (KLEIMAN, 2002, p. 5) A partir do que define Kleiman, percebe-se que os termos letrado/iletrado e alfabetizado/não alfabetizado apresentam, portanto, distinções semânticas: um sujeito letrado pressupõe um sujeito que utiliza a escrita enquanto prática social; por outro lado, o sujeito alfabetizado remete-se à ideia de um indivíduo que passou por um processo de alfabetização no qual aprendeu a decodificar os sinais gráficos da linguagem, sem que isso comprove que o mesmo saiba utilizar a escrita como prática social. Mesmo ciente dessas distinções entre os termos letramento e alfabetização, far-se-á uso dos mesmos como sinônimos no texto que aqui se propõe. Ambos terão como significado o conhecimento que o sujeito apresenta perante o código escrito.

Grande parte dos programas governamentais de alfabetização traz em seu bojo esse ideal demarcado de homem e de sociedade aplicável a todos em favor de uma hegemonia que, como na teoria de Kant, dá seus lugares ideais às coisas terrenas. As palavras *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, famoso lema da revolução burguesa na França de 1789, encontram fortes ecos dentro das esferas estatais. Não é diferente no caso do programa *Brasil Alfabetizado*, pois todas as pessoas “obrigatoriamente” necessitam ser escolarizadas para poderem assumir a identidade idealista de bons cidadãos democratizados, como o programa federal identifica a seus sujeitos já portadores do código escrito.

Cidadãos democratizados, livres e iguais perante a nação e inteligentes possuidores de intelecto: está adjetivado e demarcado o homem alfabetizado. O ideal de homem na modernidade está garantido. O selvagem iletrado agora se torna civilizado. Os aborígenes sul-americanos que perambulavam nus mostrando as suas vergonhas e a sua não-cultura, como diria Caminha, foram salvos pelas mãos piedosas que catequizaram, alisaram, amansaram, adestraram, disciplinaram olhares e pensamentos, como ditam os livros de história dessa mesma escola redentora da ignorância.

Mesmo que os estudos de Graff (1994) em *Os Labirintos da Alfabetização* apontem para a necessidade de ver a história humana também como uma descontinuidade, contestando a continuidade positivista de progresso e desenvolvimento cadenciado e que tais estudos postulem que inúmeros povos latino-americanos pré-invasões hispânico-portuguesas, mesmo não vivendo uma cultura letrada ao estilo desenvolvimentista do velho mundo, apresentaram formas de governo, de produção, de economia, de cultura e de viver em sociedade tão complexa quanto às pretensas visões europocêntricas, o ideal de homem que precisa ser civilizado na linguagem escrita e na disciplinarização escolar e o mito de que a falta de letras atrofia os músculos neurais ainda encontram-se como fortes delineadores dos discursos e das práticas sociais em torno de ser homem,

de ter cultura, de ser letrado e civilizado, de, no binário mundo dialético dos opostos, ser do bom, ser do certo.

DISCURSOS E PRÁTICAS SOCIAIS HISTÓRICAS DA LÍNGUA GRÁFICA

Os discursos e práticas sociais históricas em torno do código escrito constituíram-no e o constituem como um ideal irreduzível iluminista de ser homem na cultura Ocidental, levando a todos a necessidade indisponível de se ter acesso às letras para tornarem-se cidadãos. Caberia, portanto, aqui, um retrospecto histórico para, como postula Graff (1990), não se incorrer a superficialismos e ver a leitura e a escrita não como uma necessidade de pura lógica desenvolvimentista, mas como reflexo de discursos e interesses históricos que não respeitam continuidades e sequer podem se estender de forma generalizante a todos e quaisquer agrupamentos humanos como forma única e universal, tal qual queira uma enciclopédia iluminada.

De acordo com Chartier (2001), os discursos e práticas sociais configuradas historicamente fizeram do código escrito o ideal iluminista de ser homem na modernidade, dando à escola motivos para a sua existência. Com a Reforma Protestante, Lutero insurge contra a visão da Igreja Católica que mantinha em seus conventos e igrejas à cultura letrada e seus monges copistas: tradutores da herança escrita dos romanos e gregos. A Bíblia, livro máximo do Cristianismo, apresentava-se como algo da ordem do sagrado e, como tal, necessitava ser lida pelo sagrado: os representantes de Deus no solo terreno. Sua difusão, assim como a dos demais livros da cultura clássica greco-romana, distanciaria, porventura, o homem de Deus e de seus ensinamentos, diminuindo, por consequência, a predominância do poder católico sobre seus fiéis e sobre seu plano de manter-se como igreja dogmática única e verdadeira a ser levada a todos os cantos do mundo para a conversão dos gentios.

Na Reforma, Lutero e a recém surgida Igreja Protestante quebram com inúmeros preceitos católicos, entre os quais a restrição da Bíblia como algo a ser lido exclusivamente por religiosos. Tal contraponto redireciona o olhar medieval sobre a questão de detenção dos saberes elaborados sob o código escrito e quebra com a hegemonia católica. As práticas sociais em torno da invenção da imprensa por Gutemberg, fortemente apoiada pelo protestantismo, proporcionaram novos usos da linguagem escrita que se dissemina para além dos muros dos conventos e igrejas. A Bíblia não é mais lida pelo sagrado, mas por qualquer fiel mortal, apesar de seu acesso ainda ser mediado pelas leituras dirigidas dos pastores luteranos.

Como, entre os protestantes, a Bíblia torna-se algo a ser lido no recôndito do lar, inúmeros países que adotaram o luteranismo sua religião oficial de Estado sofreram altas taxas de crescimento do público leitor, que detinha os instrumentos de decodificação do código escrito, mas não o de criação escrita. Em muitos países europeus, como no caso da Suécia, um dos requisitos básicos para casas luteranas contraírem núpcias era que ambos soubessem ler os livros sagrados de catecismo. Entretanto, as altas taxas de pessoas leitoras e habituadas à linguagem gráfica não se correlacionam com o desenvolvimento econômico, político e, pasmem, cultural. Na nossa pretensa visão positivista, podemos dizer aqui que tais países avançam em suas esferas sociais, mas o alfabetismo do povo não se pôs como fator determinante disso, apenas apresentou-se como um mero adendo.

Temerosa pela perda de influências, a Igreja Católica lança-se além-mar para, como postulam os manuais escritos por São Tomás de Aquino ainda no século XII, converter e preparar os gentios das novas colônias. A Companhia de Jesus recebe a nobre missão de catequizar e batizar os pobres selvagens do novo mundo em nome de Cristo. Tanto a Reforma Protestante quanto a Contra-reforma Católica, para Graff (1990), apresentam-se como grandes programas de alfabetização em massa e propagação da linguagem escrita que pretendiam levar a palavra de Deus a todos por meio do código escrito e evitar que as leituras dos fiéis fossem dirigidas para lugares não dignos aos olhos divinos.

Conseqüentemente ao rompimento do resguardo da cultura escrita dentro do seio católico e ao aumento da circulação de livros e materiais destinados à leitura, aumenta o número de leitores. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, devido à publicação de almanaques, cartazes, manuais e catecismos, a letra torna-se algo de maior existência comum entre a população; entretanto, o aumento de leitores, como já dito, não condiz com um suposto aumento da escolarização. Inúmeras eram as pessoas que aprendiam a ler sem, portanto, escolarizarem-se. Parafraseando Chartier (2001, p.120-121), leitura e escrita não formavam uma unidade intrínseca. Um indivíduo que era capaz de ler e, logo, decifrar o código escrito, muitas vezes não dominava a escrita de tal código; poderiam ser muitos os leitores, porém, não em mesmo número os de escritores.

Se, como descrevemos acima, um leitor não era necessariamente um escritor, a produção escrita ainda se mantinha elitizada e restrita. Escrever está sendo generalizado aqui como uma ação sinônima de criação, apesar de tal generalização ter suas controvérsias. A leitura, por sua vez, reproduzia o escrito. E essa leitura situava-se longe de ser subjetiva e pessoal, pois, desde os momentos clássicos pré-medievais, a tradição da oratória predominava e os textos eram produções elaboradas exclusivamente para serem lidas aos outros. A leitura silenciosa e de isolamento intrapessoal, apesar encontrarmos tal prática ainda entre alguns poucos gregos, não se apresentava como algo comumente circulante nas leituras e nos seus leitores. O ato de ler como algo silencioso e intrapessoal figura-se com mais força como prática moderna de conceber tal ato.

Assim, apresentando aspectos de oratória e dissociada ao ato de escrever e produzir textos, a prática de leitura apresentava brechas pelas quais a manutenção e o controle ainda poderiam ser mantidos sobre ela. A disciplinarização e regulação sobre o ler são, portanto, ainda possível de ser mantida mesmo na sua difusão renascentista e reformista/contra-reformista. Como escrever permanece um exercício de poucos, o predomínio do controlé que a leitura e a escrita exercem entre os que domi-

nam tais instrumentos sobre os que dominam em parte se mantém. Tanto a Igreja Católica quanto a Protestante, mesmo possibilitando e expandindo o acesso ao código escrito, mantiveram o controle e a orientação de seus fiéis aos dogmas da religião. O próprio Protestantismo que se caracterizou pela divulgação da Bíblia entre a população restringiu o acesso ao livro sagrado ao instituir catecismo ao povo protestante e a induzir suas leituras e interpretações do texto sagrado. Indução esta que partia dos portadores das habilidades de ler e escrever para os que somente dominavam o ler.

Os discursos e as práticas sociais em torno da Reforma e da Contra-reforma que abriram e difundiram o código escrito como uma necessidade ao novo fiel religioso, os fazeres sociais sobre o impresso e a concepção moderna de leitura como um ato silencioso e pessoal no recôndito do isolamento apresentam novos paradigmas à leitura e ao papel do escrito nas sociedades, sobretudo ocidentais. Camufla-se, junto à linguagem gráfica, sinônimos de progresso, desenvolvimento e maior entendimento de Deus. Com sua difusão tornando-se cada vez mais massiva e aliada a um ideal de homem como intelectualizado, a escrita firma-se como verdade social única e indiscutível: necessária a todo e qualquer gentio e sociedade que queira acompanhar o fluxo discursivo positivista de avanço, de vanguarda, de progresso estampado e comercializado pelos exemplos valorosos do velho mundo europeu.

A ESCOLA E O MITO ALFABETIZATÓRIO

Acompanhando tal movimento, a escola, com a intenção de organização e disciplinarização da sociedade, progressivamente acumula para si a tarefa de institucionalizar e sistematizar o aprendizado da cultura letrada. A escola moderna torna-se o único e validável centro institucional para onde precisa convergir quem quer de fato aprender a ler e a escrever. Elitista e, mais

tarde, sob o lema *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* da Revolução Francesa, ressurgida como pública, a escola reafirma-se como instituição destinada ao ideal de alfabetizar o povo: ponte que faltava entre os não letrados e os letrados, entre os cultos e os não cultos que almejam ao ideal da cultura aceita e propagada pelos padrões do novo homem burguês. Os Planos Nacionais de Educação, surgidos entre os franceses, inauguram a idéia de escola pública gratuita e obrigatória na busca de igualdade e hegemonia idealista do enciclopedismo iluminista: propaganda da classe burguesa para convocar a todos ao levante contra o poder absolutista da monarquia.

Em resumo, as práticas sociais cada vez mais solidificadas na imprensa e nos mercados editoriais produzem na cultura ocidental seu assentamento sobre a hegemonia da cultura letrada que deve, tal qual a força de um imperativo, ser estendida a todo e qualquer recôndito e contexto social, seja ele culturalmente letrado ou não, seja ele demarcador da necessidade de escrita ou não, cabendo à escola a nobre tarefa de alfabetização obrigatória dos indivíduos em nome da pretensa e superficialista idéia de progresso da humanidade, abortando dos mesmos seu multiculturalismo em favor de uma hegemonia devastadora apresentada como bem necessário ao homem moderno, como ideal de homem moderno, como única forma desse homem moderno existir e, tal qual postula a teoria crítica, libertar-se da condição de oprimido, libertar-se da não autonomia, libertar-se da condição de objeto, da condição de não consciente.

Não é estranho, portanto, que o sistema escolar, na contemporaneidade, seja alvo constante de programas governamentais com a intenção de propagar a escrita a todos: o ideal de homem alfabetizado, igual, livre, liberto imposto pelos discursos da modernidade precisa ter uma política de ação hegemônica para alcançar o seu intento.

Essa lógica apresentada por tais programas que visam em suas metas a "erradicação" do analfabetismo, sejam eles promovidos por organizações mundiais ou pelas esferas governamentais nacionais, como é o caso do *Brasil Alfabetizado*, em

afirmar que o exercício da cidadania passa necessariamente pela escolarização do indivíduo, de certa forma faz sentido na medida em que o Estado e seus poderes assentam-se de tal forma sobre a cultura escrita que o exercício dito cidadão dos direitos e deveres da sociedade moderna passam por leis sancionadas pelas esferas superiores, dotadas de membros letrados, e apresentadas à população sob o código escrito. E como os poderes instituídos utilizam-se somente dessa forma, aprender a ler e a escrever, na sociedade moderna torna-se a porta de entrada para o exercício da plena democracia. Conceito democrático esse que em seu âmago traz a exclusão das comunidades e indivíduos não letrados e demais culturas não firmadas sobre o código escrito: corpos analfabetos que, desprovidos da cultura padrão, cabem à escola o encargo de agir sobre os mesmos para ensinar, disciplinarizar, higienizar, adestrar, amansar, alisar, entorpecer, silenciar, barrar e coagular pensares e manifestações não padronizadas. Promover a assepsia destes corpos na arte de corrigi-los e alfabetizá-los, aplicando uma posologia a conta gotas em doses exatas, cadenciadas e metodicamente sistematizadas, tal qual receitou Descartes e seus métodos positivistas de ciência metódica e fragmentada.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CHARTIER, Roger. As Práticas da Escrita. In: ARIES, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v.3. p. 113-161.

GRAFF, Harley J O mito do alfabetismo. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n.2, p. 30-65, 1990.

_____. **Os labirintos da alfabetização**: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. Tradução de Tirza Myga Garcia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

KLEIMAN, Ângela (Org.). **Os Significados do Letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2002. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade.)